

OS ANTECEDENTES DA PROPOSTA DE METROPOLIZAÇÃO DO EIXO NORTE DO PARANÁ: um olhar sobre os documentos¹

EIXO TEMÁTICO 2: Processo de Produção do Espaço Urbano

BORTOLOTTI, Iara Schnaider

Mestre em Engenharia Urbana; Doutoranda do Programa Associado UEM/UEL de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo/Universidade Estadual de Maringá
e-mail: iarasbortolotto@gmail.com

RESUMO

A organização territorial do Eixo Norte, marcada por cidades equidistantes ao longo de um eixo rododiferroviário, potencializada pelo setor primário (café) e secundário (indústria de transformação), evidencia a linearidade desse *continuum* urbano. Esse potencial linear é evidenciado em documentos oficiais do Governo Estadual, considerados como aqueles que antecedem a proposta de metropolização deste eixo. Para tanto, problematiza-se o fato de esses documentos estarem conectados a ideias que evidenciam uma polarização linear no nível do Eixo. O objetivo é propor um olhar reflexivo sobre os documentos que antecedem a proposta de metropolização no Eixo Norte do estado do Paraná, entre a década de 1960 e 1970, a partir da identificação de ideias convergentes entre eles, indicando essa metropolização. A metodologia adotada foi pautada na abordagem empírica, de caráter qualitativo, cuja estratégia foi a pesquisa documental, tendo como evidência os documentos oficiais. Portanto, os documentos convergem para uma base territorial tripolar a partir de eixos e polos. Nesse sentido, o artigo contribui para a história do planejamento territorial do Paraná, em especial do Eixo Norte, ao evidenciar como determinadas interpretações do território antecedem e fundamentam as propostas de metropolização do Eixo Norte – considerado o mais coeso (conexão) e com potencial para industrialização.

Palavras-chave: Eixo Norte; Paraná; metropolização; documentos oficiais.

¹ Este artigo apresenta um dos resultados presentes na tese de doutoramento em desenvolvimento da autora, referente aos alcances e limites do planejamento territorial do Paraná, focado no projeto Metronor, na Metronor e no Escritório Metronor.

PENSAR FORA DO EIXO

ABSTRACT

The territorial organization of the Northern Axis, marked by equidistant cities along a road-rail axis, enhanced by the primary (coffee) and secondary (manufacturing industry) sectors, highlights the linearity of this urban continuum. This linear potential is evidenced in official documents of the State Government, considered as those that precede the proposal for the metropolization of this axis. Therefore, this study problematizes the fact that these documents are connected to ideas that highlight this linear polarization at the level of the Axis is problematized. The objective is to propose a reflective perspective on the documents that precede the proposal for metropolization in the Northern Axis of the state of Paraná, between the 1960s and 1970s, based on the identification of converging ideas among them, indicating this metropolization. The methodology adopted was based on an empirical approach, of a qualitative nature, whose strategy was documentary research, having official documents as evidence. Therefore, the documents converge toward a tripolar territorial base based on axes and poles. In the end, this contributed to the history of territorial planning in Paraná, especially in the Northern Axis, by highlighting how certain interpretations of the territory precede and underpin the proposal for the metropolization on the Northern Axis – considered the most cohesive (connection) and with potential for industrialization.

Key-words: Northern Axis; Paraná; metropolitanization; official documents.

RESUMEN

La organización territorial del Eje Norte, marcada por ciudades equidistantes a lo largo de un eje vial-ferroviario, impulsada por los sectores primario (café) y secundario (industria manufacturera), resalta la linealidad de este continuum urbano. Este potencial lineal se evidencia en documentos oficiales del Gobierno del Estado, considerados como aquellos que anteceden a la propuesta de metropolización de este eje. Por lo tanto, este estudio problematiza el hecho de que estos documentos estén conectados a ideas que evidencian una polarización lineal a nivel del Eje. El objetivo es proponer una mirada reflexiva sobre los documentos que preceden a la propuesta de metropolización en el Eje Norte del estado de Paraná, entre las décadas de 1960 y 1970, a través de la identificación de ideas convergentes entre ellos, indicando esta metropolización. La metodología adoptada se basó en un enfoque empírico, de naturaleza cualitativa, cuya estrategia fue la investigación documental, teniendo como evidencia los documentos oficiales. Por lo tanto, los documentos convergen hacia una base territorial tripolar a partir de ejes y polos. En este sentido, el artículo contribuye a la historia de la planificación territorial en Paraná, especialmente en el Eje Norte, al evidenciar como determinadas interpretaciones del territorio anteceden y fundamentan las propuestas de metropolización del Eje Norte, considerado el más cohesionado (conexión) y con potencial para la industrialización.

Palabras clave: Eje Norte; Paraná; metropolización; documentos oficiales.

INTRODUÇÃO

O planejamento territorial no Brasil esteve associado às questões de **organização e divisão do território nacional**, ora induzindo a criação de metrópoles (1973), ora incentivando ações para as Cidades de Porte Médio (1976-1986), dentre outros fatores. A interpretação sobre a metropolização, a definição das metrópoles e a criação das regiões metropolitanas brasileiras, remetem às décadas de 1960 e 1970, em que ocorreu uma série de estudos voltados à compreensão da rede de cidades brasileiras.

Segundo Bonfim (2014), o IBGE, nesse período, foi responsável pelos estudos da hierarquia das cidades², em nível nacional. Com isso, há uma intensa produção de documentos técnicos para o estabelecimento de regiões metropolitanas, além da criação de órgãos e entidades de planejamento. Essas instituições de urbanismo e planejamento criadas no Brasil, segundo Feldman (2024), ocorreram entre os anos de 1930 e 1979. Assim, essa formação dos documentos, ao mesmo tempo em que orienta as ações das políticas públicas, constitui-se em registros fundamentais para a compreensão do território, do desenvolvimento e da urbanização naquele momento.

No caso do Paraná, essa história não foi diferente, pois nesse mesmo período, o desenvolvimento de documentos técnicos se materializou na busca pela organização territorial do estado, a partir de diretrizes econômicas e infraestruturais. O planejamento territorial paranaense, na **década de 1950**, segundo Cordovil e Faria (2022), direcionou ações com intenções de **fomentar a modernização do Estado**. Nas décadas seguintes, “Planejar o desenvolvimento, sinonimizado ao incremento da industrialização, emerge como a principal função do Estado” (Augusto, 2017, p. 27), assim como se propôs a organização e integração do território estadual.

Claramente, a **década de 1970** foi marcante no Paraná, sendo um período de grandes transformações e mudanças (Trintin, 2006), marcado por uma política de desenvolvimento urbano e por estudos industriais que direcionaram ações e propostas para o desenvolvimento dos polos de desenvolvimento e a industrialização no estado.

Assim, a história do planejamento territorial paranaense, em especial da região do Eixo Norte (também mencionado como Eixo Londrina-Maringá), além de estar atrelada ao processo de ocupação e urbanização (1920-1960), também esteve acompanhada por estudos que analisavam o crescimento acelerado em algumas porções do território, ao resultar em esforços do Governo

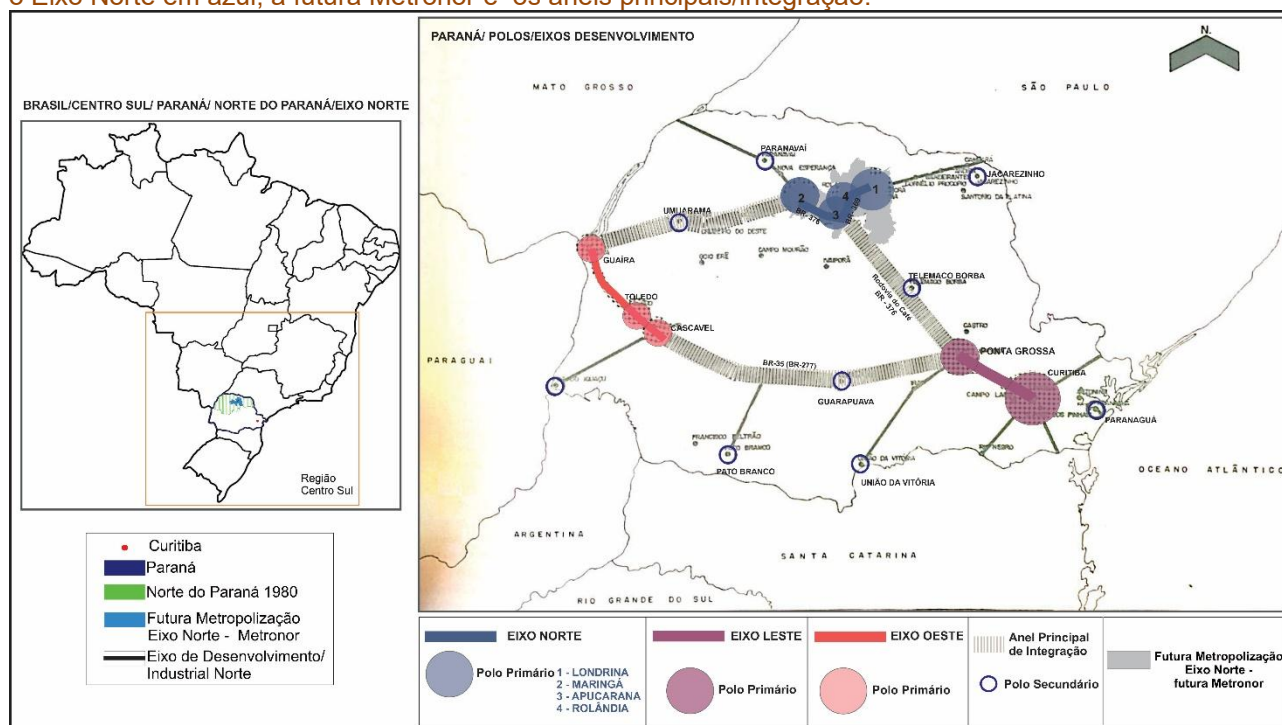
² As pesquisas no IBGE que estudaram **a hierarquia urbana e a rede urbana brasileira** desde o início da década de 1960, resumem-se ao Esboço preliminar da divisão do Brasil em espaços homogêneos e espaços polarizados em 1967; divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas em 1972; regiões de influência das cidades ocorreram em 1978, publicado em 1987 (IBGE, 2020a, apud Moura et.al., 2021).

PENSAR FORA DO EIXO

Estadual para a organização territorial e para a constituição de uma base territorial para o desenvolvimento urbano e econômico do estado.

A partir da década de 1970, o resultado dessa produção de documentos organizou o estado do Paraná em três polos de grande dinamismo (Curitiba-Ponta Grossa, Londrina-Maringá e Cascavel-Guaíra), articulados por eixos de desenvolvimento (anel principal de integração) – Eixo Leste, Eixo Norte e Eixo Oeste (Figura 1) (Paraná, 1973b). Nesse contexto, o Eixo Norte assume posição de destaque, em função da relativa coesão territorial e de seu potencial de articulação econômica na região Norte do estado, especialmente no que se refere à industrialização e à integração regional. Essa condição contribuiu para uma proposta que se aproximou da ideia de metropolização, porém na escala do Eixo (Figura 2). Portanto, esses documentos apontam a base para a formulação da proposta de metropolização do Eixo Norte, sustentada, posteriormente, pelo “Plano Diretor do Eixo-Londrina-Maringá” – projeto Metronor de 1980 (doravante denominado PDELM/80).

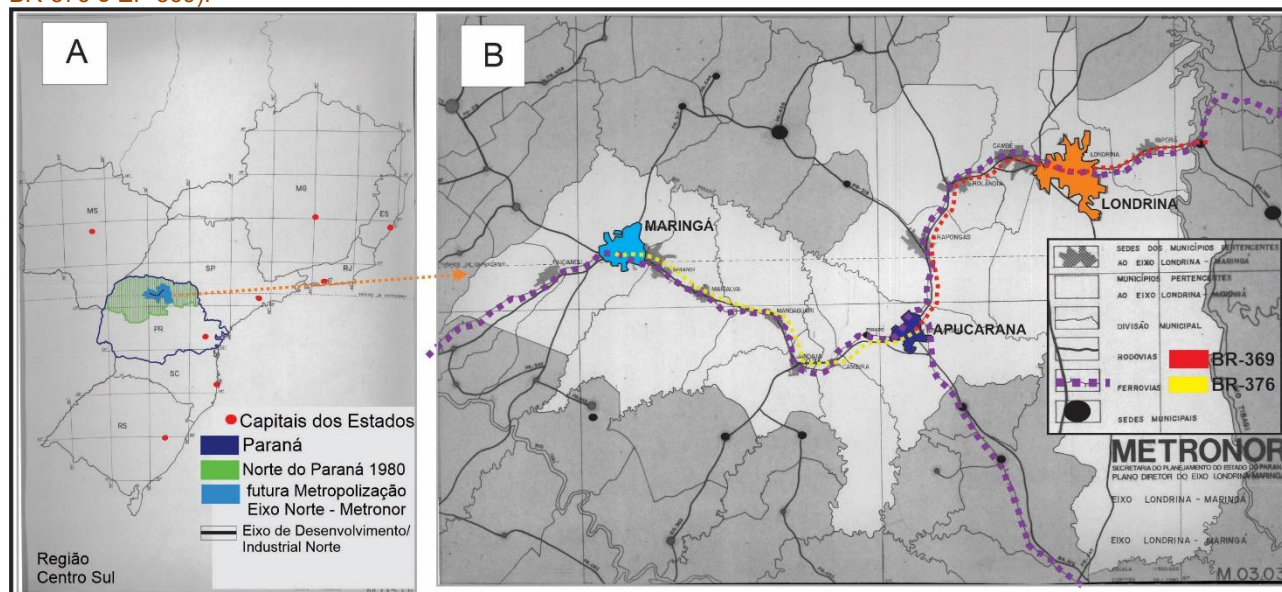
Figura 1. Proposta de organização do estado do Paraná a partir de três polos de grande dinamismo (Curitiba-Ponta Grossa, Londrina-Maringá e Cascavel-Guaíra) e os eixos de desenvolvimento - em destaque o Eixo Norte em azul, a futura Metronor e os anéis principais/integração.



Fonte: Redesenho e organização da autora a partir de Paraná (1973b, p. 42).

PENSAR FORA DO EIXO

Figura 2. Localização municípios, Eixo e Metrópole. A) Localização da região da futura metropolização do Eixo Norte - Metronor. B) Delimitação da área de metropolização do Eixo Norte (Metronor) e a infraestrutura rodoferroviária (BR-369, BR-376 e EF-369).



Fonte: Redesenho e organização da autora a partir de Paraná (1980, p.3/3 e 3/10).

A partir do mencionado, o artigo parte da premissa já estabelecida no PDELM/80 de que os documentos dedicaram atenção ao processo de urbanização. Acrescenta-se também que esses deram atenção à formulação de propostas de organização territorial e industrial (aproximação de uma lógica metropolitana) no estado, entre 1960 e 1970, recomendando e/ou sugerindo melhorias a partir de uma base territorial comum em quase todos os documentos. **Vale destacar que, essa base territorial comum em quase todos os documentos será apresentada nos documentos produzidos pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) em 1973. Consequentemente, os documentos subsequentes parecem se completar.**

Esses documentos eram entendidos como antecedentes à proposta de metropolização do Eixo Norte, sendo eles: “Plano de Desenvolvimento do Paraná (PDP)” de 1963, “Política de Desenvolvimento Urbano para o estado do Paraná (PDU/PR)” de 1973, “Estudo de Integração de Polos Agroindustriais do Paraná – 1ª Fase” (doravante denominado EIPA/PR -1ª Fase) de 1973, “Projeto Técnico Econômico dos Eixos Industriais do Paraná (PROEI)” de 1975, e, “Planos Regionais Industriais Leste, Norte, Oeste do Paraná (PRI)” de 1975.

Portanto, o artigo problematiza o fato dos documentos entendidos como antecessores ao PDELM/80 estarem conectados às ideias que evidenciam uma polarização linear no nível do Eixo Norte, que, por suas vezes, eram induzidas por suas vantagens locais industriais e deveria, então, resultar em sua metropolização. Assim, o objetivo deste artigo é propor um olhar reflexivo

sobre os documentos que antecedem a proposta de metropolização no Eixo Norte, no estado do Paraná, entre as décadas de 1960 e 1970, a partir da identificação de ideias convergentes entre eles, indicando essa metropolização.

Para tanto, a metodologia, de abordagem empírica e de caráter qualitativo, teve como estratégia a pesquisa histórica (documental) e bibliográfica, a partir da análise documental, tendo como evidências os documentos oficiais elaborados por entidades de planejamento e entidades do Governo do Estado do Paraná. Essa abordagem permite explorar os documentos não apenas como registros descritivos, mas como construções que participaram ativamente da formulação e proposta de metropolização do eixo referido. O referencial teórico que deu suporte a essa investigação foi composto por autores que estudaram a história do planejamento territorial do Paraná.

Está claro que a análise dos documentos deveria ser corroborada por outras fontes de evidências, trazendo a análise de outros autores acerca dos documentos aqui apresentados. Contudo, a incorporação de referenciais que contribuam para uma análise mais consistente dos documentos apresentados vem sendo construída por diversos autores, ao ser uma importante lacuna a ser explorada. Assim, essa pesquisa pretende colaborar nessa direção, ao lançar um olhar sobre esses documentos, abrindo caminho para futuros trabalhos. Dessa forma, o artigo intenciona contribuir com a história do planejamento territorial do Paraná, em especial da região Norte do estado – Eixo Norte, ao evidenciar como determinadas interpretações do território antecedem e fundamentam as propostas de metropolização do Eixo Norte.

O artigo foi organizado, além desta introdução e da consideração final, em uma breve contextualização histórica do planejamento territorial no Paraná e no olhar sobre os documentos que antecedem à metropolização do Eixo Norte.

1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO PLANEJAMENTO TERRITORIAL NO PARANÁ

A história de ocupação e urbanização do Norte do Paraná que envolve as cidades que compõem o Eixo Norte, entre 1920 e 1960, foi marcada por ciclos econômicos e fez parte de um empreendimento privado de venda de terras conduzido por uma companhia de capital estrangeiro e brasileiro – Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) e Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP). Para o sucesso desse empreendimento, além da propaganda das terras férteis para a produção do café, as novas cidades foram posicionadas a distâncias equidistantes umas das outras (cidades maiores e menores), conectadas por um eixo rodoferroviário, entre outras diretrizes.

PENSAR FORA DO EIXO

É importante destacar essa fase inicial da história do Eixo Norte, pois essa organização territorial inicial permitiu que essa região apresentasse uma estrutura urbana diferente de outras regiões do estado do Paraná. Com isso, há um certo interesse e esforço do Governo Estadual em fomentar seu desenvolvimento, pois a região do Eixo Norte já apresentava características e fortes potencialidades para a vocação industrial que se pretendia induzir em todo o estado, em alinhamento com as estratégias de desenvolvimento e industrialização do Governo Federal na década de 1970.

Dito isso, é importante destacar que, no planejamento territorial do Paraná, entre as décadas de 1950 e 1970, houve uma preocupação com a integração do território estadual, a industrialização, o desenvolvimento urbano e a melhoria da infraestrutura (rodovias, energia e comunicação), dentre outros fatores. Esse foi um período que marcou a difusão de teorias e metodologias estrangeiras que foram adaptadas e aplicadas em trabalhos pelas instituições que os elaboraram. Alguns desses trabalhos são aqueles entendidos como antecedentes à proposta de metropolização do Eixo Norte. Nesse sentido, as instituições/entidades responsáveis pela elaboração desses documentos apresentam a realidade paranaense e o estudo da polarização do estado a partir do Movimento Economia e Humanismo (Lebret e Perroux), no PDP - análise dos escalões territoriais e da teoria dos grafos e da teoria de distância funcional (Cadeia de Markov) – estudo da polarização do estado, na PDU-PR e no PROEI.

Na década de 1950, segundo Cordovil e Faria (2022) a criação da Comissão de Planejamento Econômico do Estado (PLADEP), em 1955, a elaboração do Plano Rodoviário de 1951 e a criação da Companhia Paranaense de Energia (COPEL), em 1956, foram as primeiras tentativas de institucionalização do planejamento no estado do Paraná, evidenciando o fomento das infraestruturas e da integração regional como prioridades do governo. Izepão (2013) aponta que a PLADEP foi o embrião do planejamento no estado. Os trabalhos desenvolvidos por essa Comissão formaram arcabouços para a fixação de políticas desenvolvimentistas para o estado do Paraná, assim como apresentaram premissas que orientaram a atuação da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná (CODEPAR) (Augusto, 2017).

Esse planejamento, na década de 1960, fortaleceu-se com a criação da CODEPAR (transformada em Banco de Desenvolvimento do Paraná (BADEP) em 1968), considerada um instrumento de fomento ao desenvolvimento econômico, ao ser um órgão centralizador e financiador da infraestrutura industrial no Paraná (estradas, energia elétrica, estímulo à indústria e desenvolvimento agrícola) (Cordovil e Faria, 2022; Augusto, 2017).

PENSAR FORA DO EIXO

Vale destacar que, a partir de 1964, instaura-se um período de ruptura em relação ao anterior, com o início da ditadura civil-militar (1964-1985) no Brasil, marcada pela centralização do poder e das políticas no Governo Federal. Em nível federal, esse período caracterizou-se pela implementação de planos governamentais que intensificaram as questões urbanas e regionais, voltados, sobretudo, à segurança nacional e à integração territorial. Também foi marcado por planos de viação nacionais (1964 e 1973), pelo estabelecimento de regiões metropolitanas e pela criação de órgãos e entidades de planejamento. Da mesma forma, houve a intensificação das práticas de planejamento e a elaboração de uma série de estudos voltados à compreensão da rede de cidades brasileiras.

Gomes (2010) e Izepão (2013) convergem para o entendimento de que, a partir de 1964, com esse novo regime ditatorial do Governo Federal, houve interferência no planejamento paranaense, principalmente nas políticas de caráter desenvolvimentista³ praticadas no estado entre 1950 e 1960 (Gomes, 2010). Nesse momento, a centralização do poder, reflete-se nos estados a partir de estratégias e práticas de planejamento do território.

Em convergência com o Governo Federal, no caso do Paraná, na década de 1970, diversos trabalhos foram desenvolvidos voltados ao desenvolvimento urbano, à industrialização e à organização territorial paranaense, além da criação de secretarias e instituições, como o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). Dentre esses trabalhos, destacam-se aqueles entendidos como antecedentes à metropolização do Eixo Norte que destacavam o potencial de urbanização e industrialização desse eixo, assim como a robusta infraestrutura urbana (rodovias, energia e comunicação) implantada e em desenvolvimento.

Esses documentos evidenciam a proximidade geográfica entre Londrina e Maringá, cidades consolidadas como polos regionais, ao apresentarem um nível de centralidade e polarização elevado, reforçadas pela agricultura (café), pelas atividades agroindustriais, pela população elevada, entre outros fatores. A partir desse panorama, é possível inferir que os documentos convergem para uma base territorial comum, conforme veremos a seguir.

2 DOCUMENTOS QUE ANTECEDEM À PROPOSTA DE METROPOLIZAÇÃO DO EIXO NORTE

³ Para saber mais sobre a ideologia desenvolvimentista no Paraná, no período entre as décadas de 1950 e 1960, na qual o desenvolvimento estava atrelado ao planejamento governamental e as políticas voltadas para a industrialização, ver a tese de Gomes (2010). Para saber mais sobre o planejamento governamental paranaense, ver o livro de Izepão (2013).

PENSAR FORA DO EIXO

Na década de 1970, a criação de regiões metropolitanas a partir das metrópoles intencionava “[...] impulsionar o desenvolvimento irradiando-o pelo território” (Lencioni, 2017, p. 76). Dessa forma, o “[...] alcance da influência de cada metrópole estava relacionado diretamente ao seu grau de importância na economia brasileira” (Lencioni, 2017, p. 76), colocando-se como polos estruturadores do ordenamento territorial. Assim, a metropolização é entendida como um processo de crescimento das cidades (população urbana e expansão urbana), a partir de uma centralidade (metrópole) da região metropolitana. As grandes áreas que vão compor a região metropolitana são marcadas, no geral, pela industrialização que induz a urbanização, pela conurbação dos municípios vizinhos, pelos movimentos pendulares entre as cidades etc.

Dito isso, observa-se que os documentos apresentados a seguir convergem para as relações de industrialização, à conurbação dos municípios e aos movimentos pendulares entre as cidades, semelhantes àqueles típicos de regiões metropolitanas. Assim, nesse momento, entende-se que o olhar sobre os documentos é fundamental para evidenciar como as ideias presentes neles são antecedentes à metropolização do Eixo Norte, assim como evidenciar se eles de fato se relacionam, são sequências uns dos outros, citam uns aos outros etc.

Portanto, os cinco documentos (PDP, PDU/PR, EIPA/PR-1ªFase, PROEI e PRI) destacam a posição das cidades de Londrina e Maringá no território do Norte do Paraná, ao reforçar o uso industrial do solo nessa região, principalmente as indústrias de transformação (agroindústria). Assim, em 1963, o Governo do Estado do Paraná, por meio da CODEPAR, contratou a equipe da Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS), em conjunto com a PLADEP, para estruturar os elementos do “Plano de Desenvolvimento para o Estado do Paraná (PDP)”⁴, que teria vigência de sete anos (1964-1970) (Paraná, 1963). Segundo Paraná (1980), o PDP foi um conjunto de diretrizes que contemplou o desenvolvimento econômico, o planejamento territorial e a melhoria dos quadros governamentais. Além disso, o plano apresenta um conjunto de diretrizes de implantação territorial e de programas especiais.

Nesse plano, propõe-se a integração da estrutura territorial do Estado a partir da criação de um sistema de polos urbanos conectados por eixos de comunicação. Essa estrutura territorial seria constituída por três eixos paralelos (p.e.: eixo Jacarezinho-Maringá) e um eixo transversal (Curitiba-Londrina) (Paraná, 1963). Além disso, aos eixos mencionados se atribuíram questões afetas à

⁴ Esse plano em sua versão preliminar foi entregue em volume único, porém, são desenvolvidos quatro caderno para tratar dos pontos principais, a saber: “Água e Esgoto no estado do Paraná”, “Organização dos Serviços Públicos no Estado do Paraná”, “Saúde Pública no Paraná” e “Comunidades Territoriais do Paraná”.

PENSAR FORA DO EIXO

industrialização, apontando-os como eixos industriais⁵, sugerindo a implantação, em todo o território estadual, de indústrias de setores mais dinâmicos junto a eles. No eixo Jacarezinho-Maringá se recomendou a implantação de distritos industriais nas cidades de Londrina e Maringá (Paraná, 1963, p. 140).

Outro ponto que merece ser destacado nesse documento é o fato de criar uma base territorial a partir de uma estrutura regional, ao partir de escalões territoriais/comunidades territoriais que, dividem o estado em sete regiões de planejamento⁶, dentre elas, a região de Maringá e a região de Londrina - compostas por polos regionais e eixos, e dezesseis sub-regiões. A divisão do estado do Paraná em regiões de planejamento atendia aos objetivos de descentralização e de integração da estrutura territorial apresentados no PDP (Paraná, 1963, p. 46). Muniz Filho (1996) enfatiza que essa regionalização do estado apresentada no PDP (regiões de planejamento) deveria manter a dinâmica de desenvolvimento do estado.

No que diz respeito ao Eixo Londrina-Maringá, há a apresentação como um eixo altamente urbanizado, sendo as cidades que o constituem um conjunto único, dominadas pelas cidades maiores - Londrina e Maringá (SAGMACS, 1963). Nessas cidades, encontram-se meios de transporte que facilitam o deslocamento para as demais cidades do Eixo (SAGMACS, 1963).

Nesse sentido, tanto Paraná (1980) quanto Izepão (2013) apontam o PDP como um marco referencial de planejamento e desenvolvimento para o estado do Paraná. Enfim, o PDP foi o primeiro plano estadual de desenvolvimento, de caráter regional e territorial, apresentando-se como uma importante ferramenta de planejamento territorial, principalmente ao propor uma base territorial partindo de escalões territoriais, além de contribuir para um desenvolvimento em direção à melhoria da qualidade de vida do homem.

Em 1972, o Governo do Estado do Paraná, por meio da Coordenação de Planejamento Estadual, juntamente à Superintendência do Desenvolvimento do Sul (SUDESUL) e ao Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) contrataram a Universidade Federal do Paraná (UFPR) para a execução da Política de Desenvolvimento Urbano para o Estado do Paraná (PDU/PR). Em 1973, a UFPR entregou uma documentação⁷ ampla dos aspectos econômicos, sociais, físico-territoriais e

⁵ Apesar do termo eixos industriais aparecer no PDP, essa expressão indica apenas a tendência a industrialização sugerida. O documento não trata o eixo Jacarezinho-Maringá como um eixo industrial. Essa expressão será consolidada somente em 1975.

⁶ As regiões de planejamento, por suas vezes, eram áreas de planejamento, servindo como unidades territoriais administrativas que poderiam ser aplicadas a um plano governamental (Paraná, 1963, p.45).

⁷ A documentação da PDU/PR apresentada pela UFPR foi entregue em seis volumes, a saber: volume 1 – Introdução, volume 2 - Análise Empírica, volume 3 - Análises Estatísticas, volume 4 – Demografia, volume 5 - Proposições e volume 6 – Sinopse.

PENSAR FORA DO EIXO

administrativos do Estado para medir suas respectivas repercussões sobre a rede de cidades paranaenses (Paraná, 1973a).

A documentação ampla da PDU/PR, claramente, caracteriza-se por ser um inventário do estado a partir dos 41 municípios (cidades médias e pequenas) analisados, ficando evidente, também, o desenvolvimento sugerido a partir do I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), no qual pontos como o desenvolvimento de polo agroindustrial e os corredores de exportação são indicados como prioritários para o Paraná. Assim, o objetivo da PDU/PR era integrar o crescimento urbano do estado ao desenvolvimento urbano/regional e nacional, a fim de colaborar para a utilização dos recursos do Estado, por meio dos componentes sociais e econômicos do processo de urbanização, resultando na integração e no bem-estar da população⁸ (Paraná, 1973a).

Assim como no PDP, a PDU/PR apresenta a realidade paranaense. A partir dessa realidade, buscando o equilíbrio territorial, sugerem-se três alternativas (Sistema Polinuclear, Sistema Biaxial e Sistema Tripolar) para o desenvolvimento urbano do estado a partir de eixos de desenvolvimento. Embora a alternativa tripolar não tivesse sido incorporada de imediato às diretrizes de governo, foi considerada preferencial (base territorial) (Paraná, 1973b) e motivou estudos subsequentes, sobretudo aqueles voltados a uma política de desenvolvimento industrial. Essa alternativa tripolar, por sua vez, apresenta-se ao longo de um anel principal (rodovia), prevendo a criação de três eixos de desenvolvimento – formados por polos de grande dinamismo, a saber: eixo Curitiba-Ponta Grossa, eixo Maringá-Londrina e eixo Cascavel-Guaíra (Paraná, 1973b).

Em relação ao Eixo Maringá-Londrina, destacam-se dois polos regionais: Londrina e Maringá, além do polo secundário (Umuarama), e, “polos iterativos”⁹ na periferia do anel (Jacarezinho- a nordeste e Paranavaí – a noroeste), tendo função de fechamento da malha urbana sobre o Estado (Paraná, 1973b; Paraná, 1973c).

Da mesma forma, o Eixo Maringá-Londrina apresenta uma tendência de junção entre algumas cidades (Londrina, Apucarana e Maringá), por meio das conurbações previsíveis, o que formaria a Metrópole Linear do Norte do Paraná (**Metronor**) (Paraná, 1973b, p.31; Paraná, 1973c, p. 174). Nesse momento, observa-se, de maneira evidente, em um documento oficial do estado, a intenção de se criar uma metrópole nesse Eixo.

Portanto, a PDU/PR foi considerada um marco referencial para o balizamento das ações do estado, a partir dessa base territorial tripolar (três eixos de desenvolvimento). Além disso, a PDU/PR

⁸ O bem-estar da população foi um ponto chave entre as ações do Governo Federal, contido no I PND, ao indicar o desenvolvimento urbano, econômico e social do país, isto é, desenvolvimento associado à transformação social e o processo de integração (Brasil, 1971).

⁹ Expressão idêntica ao documento “Volume 5: Proposições” ao apresentar a estrutura do sistema tripolar.

PENSAR FORA DO EIXO

também é importante em função da documentação produzida (seis volumes de análise), pois estes são bastante descritivos, com finalidade didática, sendo um estudo piloto - indicado como um novo esquema de trabalho de análise espacial e não uma mera superposição de dados (Paraná, 1973a). Para tanto, o conteúdo desses volumes estabeleceu uma base de dados e de informações para a Política de Desenvolvimento (Paraná, 1973a). Igualmente, a PDU/PR se apresenta como uma importante ferramenta de planejamento territorial, principalmente ao propor o desenvolvimento urbano por meio de eixos e polos regionais, sendo que essa base territorial tripolar servirá para os estudos de industrialização.

Paralelamente ao desenvolvimento da PDU/PR, também em 1973, o Grupo de Estudos para as Atividades Agroindustriais do Paraná (GEAAIP) – embrião do IPARDES, mediante convênio entre o Governo do Paraná e o Ministério do Planejamento, elaborou o "Estudo de Integração de Polos Agroindustriais do Paraná – 1ª Fase (EIPA/PR-1ª Fase)"¹⁰. Esse documento apresenta um diagnóstico descritivo dos comportamentos dos setores industriais do Paraná, além de identificar as atividades industriais mais promissoras e as oportunidades imediatas de investimento (GEAAIP, 1973; IPARDES, 1975a, p. 6). Para Paraná (1980), esse documento apresentou uma análise de cunho predominantemente econômico.

Nesse estudo, identificaram-se dois eixos industriais de maior detalhamento das áreas industriais do Estado: Ponta Grossa-Curitiba e Maringá-Londrina, caracterizados por se conectarem às quatro maiores cidades do Estado por rodovia e ferrovia – vias de circulação dos fluxos estaduais de matérias-primas industrializáveis (GEAAIP, 1973). Nesse documento, o Eixo Londrina-Maringá foi qualificado como a principal área agroindustrial do Paraná, representando, igualmente, a principal concentração industrial no estado. Esse Eixo representa aproximadamente 19% da indústria de transformação do Estado e 22% da agroindústria (GEAAIP, 1973).

No geral, as três fases desse estudo tiveram um caráter regional e setorial, focado na integração dos polos agroindustriais paranaenses (entre eles, a economia estadual e os programas de desenvolvimento nacionais e estaduais), cujo objetivo central era a identificação de políticas capazes de acelerar o processo de industrialização do Estado e o crescimento da produção agropecuária (IPARDES, 1975b, p. 1). Para tanto, propôs-se um "[...] "pacote" de projetos de consolidação da agroindústria estadual para servir de base à abertura de linhas de financiamento

¹⁰ Os "Estudo de Integração de Polos Agroindustriais do Paraná" foram elaborados em três fases, a saber: 1ª fase – Levantamentos e estudos iniciais (volume único) - 1973; 2ª fase - Projeção do Perfil agroindustrial para 1980 (três volumes) - 1974 e a 2ª fase - Projeto de Consolidação (três volumes) – 1974; e, 3ª fase – Conclusões e Recomendações (três volumes) – 1975. Os trabalhos preliminares foram iniciados em fevereiro de 1973 e concluídos em janeiro de 1975.

PENSAR FORA DO EIXO

setoriais” (IPARDES, 1975a, p. 7, aspas do autor), estabelecendo recomendações de cunho econômico, de infraestrutura etc.

Assim, a partir dos documentos anteriormente mencionados, resulta uma solicitação da Secretaria de Estado do Planejamento (SEPL/PR) ao IPARDES, ainda em 1973, para a elaboração do “Projeto Técnico Econômico dos Eixos Industriais do Paraná (PROEI)” (Paraná, 1980). Para a elaboração do PROEI, o IPARDES utilizou as informações apresentadas na PDU/PR e no EIPA/PR-1ª Fase, ambos de 1973¹¹. Assim, no início do ano de 1975, o IPARDES apresenta o PROEI que, intencionava “[...] dotar as cidades com equipamento urbano capaz de receber o impacto de desenvolvimento da atividade industrial” (IPARDES, 1975c, p.s/n). Dessa forma, para a elaboração dos estudos contidos nesse documento, partiu-se da base territorial estadual tripolar da PDU/PR, ao ser estimulado o desenvolvimento do setor secundário nos três eixos industriais do Paraná - Eixo Leste (Eixo Curitiba/Ponta Grossa – Região polarizada Leste), Eixo Norte (Eixo Londrina/Maringá – Região polarizada Norte) e Eixo Oeste (Eixo Cascavel/Guaíra – Região polarizada Oeste).

O documento reconhece os esforços que os municípios já vinham fazendo em criar um ambiente propício para a industrialização. Desse modo, a partir desse momento o estado deveria propiciar melhores condições para as áreas industriais eleitas (IPARDES, 1975c). Nesse sentido, o PROEI definiu a vocação industrial¹² das diferentes regiões polarizadas e executou o inventário das indústrias (de médio e grande porte) ao longo dos eixos industriais, além de compreender a capacidade de expansão industrial e estabelecer a localização das futuras áreas industriais/distritos industriais e os requisitos para implementação nos três eixos citados. Conclui-se que os municípios que se encontram sobre os eixos apresentavam melhores condições para receber os benefícios da política de industrialização.

No que tange ao Eixo Londrina-Maringá (Região Polarizada Norte), esse documento orientava para a localização “[...] de atividades industriais não tão sofisticadas e orientadas pelo binômio mercado/matéria-prima” (IPARDES, 1975c, p. 53). Esse Eixo foi considerado o mais coeso dos três, devido à proximidade dos núcleos urbanos entre si e à infraestrutura interurbana bastante densa que os liga, assim como por possuir boa relação com a infraestrutura do restante do território **paranaense** (IPARDES, 1975c).

¹¹ Da PDU/PR, adotou-se o modelo territorial básico - Sistema Tripolar, a partir de três eixos de desenvolvimento (Eixo Leste, Eixo Norte e Eixo Oeste). Do EIPA/PR-1ª Fase, adotou-se a caracterização do IBGE quanto as agroindustriais e as não-indústrias (IPARDES, 1975c).

¹² A vocação industrial de cada eixo foi determinada a partir dos diferentes estágios de desenvolvimento industrial, assim como da composição do setor secundário em cada um dos entornos axiais e regiões polarizadas.

PENSAR FORA DO EIXO

Da mesma forma que na PDU/PR, o PROEI também aponta que, no Eixo Norte, observa-se a ocorrência de conurbações previsíveis ao longo do eixo, bastante evidentes entre Cambé/Londrina/Ibiporã, “[...] e que deverão levar à concretização da Metrópole Linear do Norte. Esse processo deverá ser acelerado [...] através da implantação dos Distritos e Áreas Industriais” (IPARDES, 1975c, p. 124). Novamente, um documento oficial do governo estadual deixa claro as intenções da proposta de metropolização do Eixo Norte.

Sendo assim, o PROEI é um trabalho que visou às questões do processo de industrialização regional do estado, de caráter regional e setorial, com enfoque nos eixos industriais e seus polos. Além disso, localiza as indústrias existentes e identifica as possíveis áreas para a implantação de áreas e de distritos industriais em cada cidade de cada eixo, resultando, ao final, em um mapa síntese das possibilidades dos distritos industriais e das áreas industriais. Contudo, o PROEI não apresenta um zoneamento dos usos industriais, tampouco aponta critérios claros para o que denomina de áreas industriais com restrições.

Dando continuidade à investigação do PROEI, ainda em junho de 1975, por meio de convênio com a SEPL/PR, a UFPR elaborou o documento "Planos Regionais Industriais Leste, Norte e Oeste do Paraná (PRI)"¹³, ampliando e aprofundando os estudos regionais de industrialização, por meio dos mesmos Eixos Industriais apresentados no PROEI. Esse plano tem caráter orientativo. Assim, na tentativa de equilíbrio entre os três eixos, propõe uma localização industrial a partir de critérios estabelecidos. Para tanto, esse trabalho recomendou induzir um zoneamento industrial polivalente, sem interferir na qualidade do meio ambiente, obedecendo a critérios físicos e ambientais para a implantação das indústrias (UFPR, 1975).

Dessa forma, a partir dos Eixos Industriais o PRI se propôs uma localização industrial por meio da hierarquia de funções urbanas industriais para cada eixo, apresentando um mapa síntese a partir do anel principal de industrialização – corredor de exportação, transporte de massa interurbano e urbano, proteção ambiental (proteção dos mananciais) e do dimensionamento para as áreas industriais.

Para o Eixo Industrial Norte, o PRI, além de propor a proteção e preservação dos fundos de vale, aponta a necessidade de implantar áreas de lazer e recreação, integradas a essa zona de proteção (UFPR, 1975, p. 293). Nesse Eixo, induziu-se um processo de industrialização linear devido à proximidade dos núcleos urbanos que o compõe e da infraestrutura de transporte (rodovia e

¹³ O PROEI já indicava a necessidade de elaboração deste plano para dar continuidade aos estudos da industrialização do estado do Paraná.

PENSAR FORA DO EIXO

ferrovia) densa que os liga, configurando-o como o centro da mais efetiva região metropolitana do Estado (UFPR, 1975).

“O Eixo Norte abrigará 45,64% do total de área industrial prevista para os três Eixos” (UFPR, 1975, p.294), reafirmando o seu papel estratégico como um dos principais polos de crescimento do estado, evidenciado pela importância da conexão entre a agricultura, a indústria e a infraestrutura viária na organização do espaço regional (UFPR, 1975). Nesse momento, o PRI evidencia o desenvolvimento do Eixo Norte, consolidando-o como o eixo econômico do Norte do Paraná.

Assim como na PDU/PR e no PROEI, no PRI também há uma evidência clara de uma proposta de metropolização do eixo a partir da seguinte afirmação:

O Eixo Industrial Norte, consubstanciado na concretização da Metrópole Linear do Norte do Paraná, e sendo ao mesmo tempo indutor desta, desenvolve-se de Maringá até a conurbação Cambé/Londrina/Ibiporã, incorporando Mandaguari, Jandaia do Sul, Apucarana, Arapongas e Rolândia (UFPR, 1975, p. 257).

Nesse sentido, o PRI, assim como os documentos anteriores, foi um trabalho importante, principalmente ao apresentar um zoneamento industrial baseado em critérios físicos-territoriais para cada um dos eixos, consubstanciado por necessidades básicas para sua consolidação nos três Eixos Polarizados.

Enfim, a partir dos apontamentos dos documentos antecessores e suas diretrizes, é possível observar que o PDP, a PDU/PR, o EIPA/PR-1ª Fase, o PROEI e o PRI convergem para o fato de o Eixo Londrina-Maringá constituir a área metropolitana mais efetiva do Paraná, não só pela proximidade física de seus centros componentes, como também pela expressiva infraestrutura existente, que, se devidamente estimulada, levaria ao processo de metropolização daquele eixo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O olhar reflexivo sobre os documentos que antecedem a proposta de metropolização do Eixo Norte do Paraná evidencia uma convergência de ideias acerca da organização territorial do estado, a partir de **três grandes regiões** dinâmicas de desenvolvimento que potencializariam a implantação e a expansão industrial. Assim, esses documentos convergem os seus estudos e as suas análises para as bases territoriais a partir de eixos, de regiões polarizadas e de polos de desenvolvimento/industrial. Portanto, tais documentos ainda evidenciam a construção gradual de um repertório de potencialidades e de proposições industriais que tornariam justificável a futura proposta de metropolização do Eixo Norte – Metronor, na década de 1970 e 1980.

PENSAR FORA DO EIXO

Contudo, somente a partir da PDU/PR e do EIPA/PR-1ª Fase, ambos de 1973, que, os documentos vão incorporar em suas análises termos como eixos de desenvolvimento e eixos industriais para se referir às três **grandes regiões** do estado com potencial para a industrialização. Dessa forma, a concepção de “eixo de desenvolvimento” apresentada na PDU/PR se tornou o termo “eixo industrial” apresentado no EIPA/PR-1ª Fase, ambos de 1973. Essa expressão se consolida com o PROEI, em 1975, pois os eixos de desenvolvimento passam a ser considerados potenciais indutores da agroindústria no Paraná, sendo passíveis de se transformarem em eixos industriais (IPARDES, 1975c).

Além do que, os documentos antecessores também evidenciam que os eixos de desenvolvimento do estado do Paraná acompanharam praticamente as rodovias que ligam as principais cidades polos, criando, por sua vez, um anel de integração/anel de industrialização que reforça a polarização em direção a Curitiba e a Londrina. A questão que fica é: porque o termo “eixo” merece tamanho destaque nessa discussão? A resposta é bastante simples. Ao longo do trabalho do PDELM/80, propõe-se analisar a área de estudo em nível do Eixo. Portanto, os documentos antecessores, ao tratarem dessa “escala de planejamento” - Eixo, aproximam-se da realidade proposta no PDELM/80 com o enfoque metropolitano dado ao Eixo Norte.

Os documentos também demonstram o estímulo do setor secundário nessas três **grandes regiões** do Paraná (eixos), transparecendo a linearidade destes eixos, reforçada pela implantação de indústrias ao longo da infraestrutura de transporte (rodoviária e ferroviária). Nesse sentido, todos os documentos destacam o potencial agroindustrial já estabelecido no Eixo Norte. Igualmente, PDU/PR, PROEI e PRI apontam que essa linearização, somada à conurbação presente no Eixo Norte, induziria a proposta de uma metrópole linear no interior do estado do Paraná.

Portanto, a PDU/PR, o PROEI e o PRI entendem a conurbação presente neste Eixo como uma potencialidade que, se induzida, a ponto de se concretizar na metropolização desse eixo, reforçaria o seu potencial já existente. Contudo, esse processo só seria possível se as indústrias fossem implantadas ao longo da rodovia que corta esse eixo.

Quanto aos documentos em si, como antecessores, tanto o PDP-1963, quanto a PDU/PR-1973 apresentaram análises da realidade paranaense, baseadas em metodologias e em teorias estrangeiras readaptadas ao caso paranaense, assim como ambos os documentos indicavam que o foco era o homem, intencionando melhorar e elevar a condições e/ou qualidade de vida da população, proporcionando bem-estar e conforto.

Portanto, de um lado, no PDP, pela primeira vez, é apresentado a organização territorial a partir de uma base territorial - escalões territoriais/comunidades territoriais (polos e subpolos) e a estrutura

PENSAR FORA DO EIXO

regional (regiões de planejamento e sub-regiões). Esse estudo inicial auxiliou o governo do estado do Paraná a compreender melhor a sua realidade econômica, assim como deu início ao desenvolvimento econômico a partir de sua polarização (polos regionais e sub-regionais) e da estrutura urbana.

A PDU/PR, por sua vez, sendo um documento que, além de identificar a realidade paranaense e direcionar o olhar para o sistema de cidades paranaenses (rede de cidades), destacou-se também pelo desenvolvimento urbano a partir da base territorial tripolar (três grandes eixos dinâmicos de desenvolvimento: Eixo Leste, Eixo Norte e Eixo Oeste) juntamente aos anéis de integração (circulação – eixo de comunicação – rodovia) que os circundam.

Por outro lado, EIPA/PR-1ª Fase, PROEI e PRI, destacaram os Eixos Industriais, a polarização e os polos de desenvolvimento. Vale destacar que, a ideia de polarização presente nesses documentos tem como base as regiões polarizadas apresentadas na PDU/PR, a partir da teoria dos grafos e da teoria de distância funcional (Cadeia de Markov), evidenciando a difusão de teorias estrangeiras nos estudos da organização do território paranaense.

Embora não fizesse parte do escopo desse artigo tratar da circulação e difusão de teorias e métodos estrangeiros na organização do território paranaense, faz-se necessário essa breve menção para compreender a polarização que foi adotada nos diversos documentos, conforme apresentado ao longo do artigo.

Ademais, evidenciou-se ao longo do artigo que os documentos do EIPA/PR-1ª Fase, PROEI e PRI se complementam em relação às vocações industriais e aos potenciais industriais ao longo dos eixos. Reforça-se, para tanto, a necessidade de um uso do solo industrial para a consolidação das indústrias. Assim, PROEI e PRI apresentam mapas resumos contendo as áreas industriais e distritos industriais ao longo dos eixos. Contudo, é somente no PRI que se apresenta um zoneamento industrial polivalente, propondo a implantação e a expansão industrial concomitante à expansão urbana.

Além disso, o PRI, aparentemente, é o mais completo e conclusivo. Isso porque, ele evidencia uma continuidade dos demais documentos, e, conclui a questão industrial apresentando as necessidades, as instituições que iriam promover as ações e as providências para agilizar o desenvolvimento industrial do estado do Paraná.

O diferencial do PRI em relação aos demais documentos está no fato de apresentar os **níveis hierárquicos de industrialização e a tipologia de aglomerados industriais**; o anel principal de industrialização; os subanéis e extensões para o **Modelo Territorial do Sistema Estadual de**

PENSAR FORA DO EIXO

Industrialização, considerando as interações **de Mercados Consumidores (nacional e internacional)** necessárias para o equilíbrio do sistema.

Além disso, o documento do PRI reforça a razão da Estratégia Industrial do governo **central à época** que, **preconizava** atenuar os desníveis regionais de desenvolvimento industrial, na tentativa de **evitar** a “[...] tendência de **concentração de atividade industrial** em uma única **área metropolitana**” (UFRP, 1975, p.10).

Esses documentos passam, então, a serem importantes ferramentas de planejamento territorial, principalmente no que diz respeito à determinação de uma base territorial a partir de três grandes regiões do estado, composta por polos e eixos.

Conclui-se, então, que o olhar reflexivo sobre os documentos que antecedem à proposta de metropolização do Eixo Norte no estado do Paraná evidenciou a indução de uma organização territorial linear, por meio de polos lineares, conduzida por uma expansão urbana e industrial. Nesse eixo, ela ocorreu ao longo do eixo rodoferroviário – anel de integração da industrialização. Essa linearização deveria resultar na metropolização deste eixo, assim como essa metropolização, aparentemente, só era possível por conta do *continuum* urbano industrial existente, tratado como uma linearidade industrial sob o eixo rodoferroviário. **Enfim, a ideia da proposta de metropolização do Eixo Norte foi sendo construída gradualmente a partir de ideias presentes e convergentes nos documentos analisados.**

DECLARAÇÃO DO USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO ARTIGO

A autora declara o uso da ferramenta ChatGPT (OpenAI) exclusivamente como apoio e auxílio na tradução dos resumos (inglês e espanhol) e das palavras-chave para os dois idiomas. O conteúdo científico, a interpretação dos dados e a redação final é de inteira responsabilidade da autora. A versão final do texto foi revisada por terceiro, posteriormente, validada e aprovada pela autora, que assume total responsabilidade pelo conteúdo apresentando.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Dra. **Fabíola Castelo de Souza Cordovil** pela colaboração e troca de conhecimento ao longo do período do meu doutoramento. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 (bolsista de mar./22 a fev./26).

REFERÊNCIAS

PENSAR FORA DO EIXO

AUGUSTO, Maria Helena Oliva. **Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista: estudo sobre a CODEPAR (Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná).** 2ª. Ed. Curitiba: Ed. UFPR, 2017. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/68161>. Acesso em 20 de jun. de 2022.

BONFIM, Paulo Roberto de Albuquerque. Teoria e prática do planejamento regional no IBGE na década de 1960. **Terra Brasilis** [online]. n.3, 2014. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/1003>. Acesso em: 22 de junho de 2024. DOI: <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.1003>

COROVIL, Fabíola Castelo de Souza; FARIA, Rodrigo Santos de. A dimensão territorial no planejamento do Paraná: planos e instituições nas décadas de 1960 e 1970. In. VIII–Seminário de Investigação, Ensino e Difusão do Laboratório Colaborativo: dinâmicas urbanas, património, artes, v.1, 2022, Mértola, Portugal. **Anais [...]**, Mértola: LABORATORIO COLABORATIVO: Dinâmicas Urbanas, Património, Artes, 2022, p. 31-44.

FELDMAN, Sarah. Um Ciclo de Institucionalização do Urbanismo no Brasil. In.: FELDMAN, Sarah (org.). **Instituições de urbanismo no Brasil: 1930-1979.** [recurso eletrônico]. São Paulo: Annablume; São Carlos: IAU/USP, 2023. P.11-76.

GOMES, Carlos Alberto Ferreira. **Planejamento e industrialização em regiões periféricas: as ideias da CEPAL no projeto paranaense de desenvolvimento.** Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Niterói 2010. 231 f.

IZEPÃO, Rosalina Lima. **O Planejamento Governamental no Paraná: economia, Estado e política econômica.** Maringá: EDUEM, 2013.

LENCIONI, Sandra. **Metrópole, metropolização e regionalização.** Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

MOURA, Rosa; NAGAMINE, Liria; FERREIRA, Gustavo. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **REGIC: trajetória, variações e hierarquia urbana em 2018.** Texto para discussão 2666. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2021. Disponível: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2666.pdf. Acesso em 6 de jun. de 2025. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2666>.

MUNIZ FILHO, Cesar. Divisão regional do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento - RPD**, [S. l.]:RDP, n. 87, p. 149-173, 1996. Disponível em: <https://ipardes.emnuvens.com.br/revistaparanaense/article/view/346>. Acesso em: 23 mar. 2022.

TRINTIN, Jaime Graciano. **A nova economia paranaense: 1970 - 2000.** Maringá: EDUEM, 2006.

FONTES DOCUMENTAIS

BRASIL. Presidência da República (BR). **I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND): 1972/74.** Brasil: Presidência da República (BR), 1971. 77 p. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/777/34>. Acesso em: 21 out. 2022.

PENSAR FORA DO EIXO

Grupo de Estudos para as Atividades Agroindustriais do Paraná (GEAAIP). **Estudo de Integração de Polos Agroindustriais do Paraná – 1ª Fase: Levantamentos e estudos iniciais.** Curitiba: GEAAIP, 1973. Convênio Ministério do Planejamento e Governo do Estado do Paraná.

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). Banco de Desenvolvimento do Paraná S. A. **Programa de agroindústria do Estado do Paraná.** Curitiba: IPARDES, 1975a.

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). **Estudo de Integração de Polos Agroindustriais do Paraná – 3ª Fase: Conclusões e Recomendações.** Volume I. Curitiba: IPARDES, 1975b. Convênio Ministério do Planejamento e Governo do Estado do Paraná.

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). **Projeto Técnico Econômico dos Eixos Industriais do Paraná - PROEI.** Curitiba: Governo do Estado do Paraná /IPARDES, 1975c. Convênio SEPL-PR, IPARDES.

PARANÁ. Governo do Estado. SAGMACS. **Plano de Desenvolvimento do Paraná.** Documento preliminar elaborado pela SAGMACS. Curitiba: CODEPAR e PLADEP, 1963.

PARANÁ. Governo do estado. Coordenação de Planejamento Estadual. Universidade Federal do Paraná (UFPR). **PDU – Política de Desenvolvimento Urbano do Paraná. Volume 1: Introdução.** Curitiba: [s.n], 1973a. Convênio Governo do Estado do Paraná - Coordenação de Planejamento Estadual, SUDESUL, SERFHAU, UFPR.

PARANÁ. Governo do estado. Coordenação de Planejamento Estadual. Universidade Federal do Paraná (UFPR). **PDU – Política de Desenvolvimento Urbano do Paraná. Volume 5: Proposições.** Curitiba: [s.n], 1973b. Convênio Governo do Estado do Paraná - Coordenação de Planejamento Estadual, Coordenação de Planejamento Estadual, SUDESUL, SERFHAU, UFPR.

PARANÁ. Governo do Estado. Coordenação de Planejamento Estadual. Universidade Federal do Paraná (UFPR). **PDU – Política de Desenvolvimento Urbano do Paraná: sinopse.** Curitiba: PLADEP, 1973c. Convênio Governo do Estado do Paraná - Coordenação de Planejamento Estadual, SUDESUL, SERFHAU, UFPR.

PARANÁ. Governo do Estado. SUDESUL. CNDU. Secretaria de Estado do Planejamento/Coordenadoria de Estudos e Projetos. **Metronor: Plano Diretor do Eixo Londrina-Maringá.** Volume I. Curitiba: SEPL/PR, 1980. 3v.

SAGMACS. **Comunidades Territoriais do Paraná.** Plano de Desenvolvimento do Paraná, Economia e Humanismo, 1963.

Universidade Federal do Paraná (UFPR). **Planos Regionais Industriais Leste, Norte e Oeste do Paraná.** Curitiba: [s.n], 1975.